

13/03/2023 21:41 - IPTU: projeto que revoga alteração na planta genérica dos imóveis é encaminhado à Câmara em Porto Velho



Foi encaminhado à Câmara de Vereadores de Porto Velho nesta segunda-feira (13) o [Projeto de Lei Complementar 04/2023](#) que revoga a atualização da planta genérica de valores (PGV) dos imóveis. Caso o projeto seja aprovado, a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) 2023 vai voltar a seguir o estabelecido na lei complementar de 2021.

A PGV é usada como uma das bases de cálculo do IPTU. A atualização de cerca de 30% elevou os valores cobrados e gerou polêmica nas últimas semanas.

O presidente da Comissão de Finanças e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Câmara Municipal, vereador Marcelo Reis (PSDB), convocou duas audiências públicas para esta terça-feira (14) para debater a nova lei e a revogação do antigo texto.

A convocação foi publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). A primeira audiência está marcada para 8h30 e a segunda para 9h30.

O presidente da Câmara, vereador Márcio Pacle (PSB) publicou, também no DOM, a convocação de duas sessões extraordinárias nesta terça-feira. A primeira marcada para às 11h e a segunda para as 11h30. A única pauta na sessão é o novo projeto da prefeitura revogando a lei nº 926 de dezembro de 2022.

Projeto para revogação da lei

A reunião que definiu o projeto de revogação aconteceu entre o prefeito e os vereadores na manhã desta segunda-feira (13). Até então, [o projeto em pauta pretendia reduzir a atualização para 10% e diluir a cobranças nos próximos dez anos](#). Outro projeto apresentado pelo vereador Gilber Mercês (Podemos) também pedia a revogação da lei.

Pedidos de inconstitucionalidade

Na última quinta-feira, [a Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\), seccional Rondônia, entrou com um pedido de inconstitucionalidade](#) da lei de atualização da planta genérica de valores que serve de base de cálculo do IPTU.

Entre os argumentos da OAB para o pedido estão a razoabilidade e da proporcionalidade e princípio da moralidade. A OAB destaca que houve um aumento significativo sem uma justificativa adequada.

Na última semana, a organização realizou uma reunião com setores ligados ao comércio já havia anunciado uma possível ação que agora se confirmou e soltou também um manifesto sobre os valores do IPTU.

[Outro pedido de inconstitucionalidade veio do Ministério Público de Rondônia](#). O MP afirma na ação que na mensagem que acompanhou o projeto de lei, o prefeito de Porto Velho não fez nenhuma referência ou justificativa sobre o valor cobrado no IPTU neste ano.

O órgão destacou ainda que os novos valores sofreram majoração expressiva sem que fossem divulgados a metodologia e os critérios utilizados na atualização dos cálculos, o que também não consta do projeto de lei.

O [pagamento do IPTU está suspenso](#), por meio de decreto, até o próximo dia 31 de março.

